



FÓRUM DAS CENTRAIS SINDICAIS

Porto Alegre, 07 de agosto de 2023.

Ao
Gabinete da Presidência da República
Brasília – DF.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva

O Fórum das Centrais Sindicais do Rio Grande do Sul, vem à Vossa Excelência manifestar-se sobre a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) que será aberta por ocasião da aposentadoria da Excelentíssima Ministra Rosa Weber que ocorrerá em outubro deste ano.

Sem nenhum demérito às candidaturas que tenham se apresentado, com certeza, todas de especialistas detentores da ilibada reputação, do notório saber jurídico e dos demais atributos e qualidades necessários para ascenderem à Suprema Corte Brasileira, acreditamos que, além da capacidade técnica e do profundo conhecimento da nossa Carta Magna, é fundamental que a pessoa escolhida tenha plena consciência da realidade social do nosso País.

Portanto Presidente Lula, permita-nos contribuir com a sua escolha, oferecendo-lhe o nome da Jurista e Professora de Direito Soraia Mendes, que entendemos reunir qualidades superiores às exigidas para compor a mais alta instância do Poder Judiciário do País.

A Dra. Soraia Mendes traz em suas credenciais, além da reconhecida estatura e excelência profissional, a sensibilidade forjada em sua própria história, gênero, raça e situações concretas vividas, possuindo, portanto, a plena consciência do real valor da Democracia, da incondicional observância e respeito à Constituição Federal e das garantias que alicerçam o Estado Democrático de Direito.

Mulher negra, neta de preso político (vítima do Golpe de 1964) e filha de sindicalista, sabe por decorrência da infância pobre, a importância e o valor da educação. Estudando em instituições públicas, formou-se advogada, é professora de direito, doutrinadora e autora de várias obras reconhecidas e respeitadas no Brasil e no exterior.

Portanto Presidente Lula, manifestamos com orgulho, o irrestrito apoio à candidatura da jurista, professora e Dra. Soraia Mendes, tão bem fundamentada na Carta Compromisso encaminhada à Vossa Excelência.



FÓRUM DAS CENTRAIS SINDICAIS

Certos de que esta candidatura será avaliada com a devida justiça nos quesitos técnicos e considerada por seu merecimento, agradecemos a oportunidade reafirmando a nossa mais elevada estima e apreço.

Fraternas Saudações

Guiomar Vidor
Presidente Estadual da CTB-RS

Amarildo Cenci
Presidente Estadual da CUT/RS

Claudio Janta
Presidente Estadual da Força Sindical

CARTA COMPROMISSO ao Presidente Lula

sobre o STF,
a democracia
a justiça social
e o garantismo



[@soraiajurista](https://twitter.com/soraiajurista)



[@soraiamendesjurista](https://www.instagram.com/soraiamendesjurista)



[@soraiamendes](https://www.facebook.com/soraiamendes)



[@soraiamendes](https://www.linkedin.com/company/soraiamendes)



Nasci em uma família pobre. Filha de uma empregada doméstica e de um operário de fábrica sindicalista fundador da Central Única dos Trabalhadores e sobrinha-neta de um velho ferroviário, também sindicalista, que amargou o cárcere desde as primeiras horas do golpe de 1964 em razão do que pregava em um certo programa de rádio chamado “Ronda das Classes”. Fui criada em uma cidade chamada Viamão, primeira capital do Rio Grande do Sul, em uma “vila” (um lugar equivalente ao que em outros lugares do país é chamado de “periferia” ou de “favela”).

Desde muito cedo entendi que o único caminho para uma menina negra e pobre era a educação que meus pais sempre buscavam me garantir. Graças a ele e a ela, tornei-me advogada, professora e doutrinadora, com obras reconhecidas e citadas no Brasil e fora dele.

Aprendi a ler praticamente sozinha nas cartilhas do sindicato e panfletos políticos que o pai trazia para casa. E escrever cartas tornou-se uma verdadeira fascinação. Quiçá tenham sido elas a me fazerem advogada. Afinal o que faz uma advogada senão escrever “cartas” com as quais espera convencer alguém?

Enfim, me reencontrado com a “guria sabida” que meu avô dizia que eu era, neste 1º de Maio, dia das trabalhadoras e dos trabalhadores, decidi escrever a carta que, seguramente, é a mais importante carta de minha vida, pois a endereço ao primeiro operário eleito pelo povo brasileiro três vezes Presidente deste país chamado Brasil.



Bom dia, boa tarde ou boa noite, Presidente Lula!

Quiséramos nós que, ao erguer os braços tendo nas mãos a Constituição, que adjetivou como Cidadã, além do gesto, também o discurso do Doutor Ulysses Guimarães naquele 05 de outubro de 1988 tivesse sido o suficiente para que jamais, em tempo algum no futuro, nenhuma força, por mais violenta e embalada pelo ódio que seja, viesse novamente a ferir a democracia. Mas não.

Com tristeza, nossa história recente mostra que no Brasil, como em outras partes do mundo, o preço da democracia é o somatório da coragem à eterna vigilância. E, felizmente, para que um novo tempo fosse inaugurado, o povo e as instituições souberam fazer valer os versos de Gil e Caetano. “É preciso estar atento e forte”.

Temos, nós, brasileiras e brasileiros, “nojo à ditadura”. Por isso, mesmo em meio a mortes, perseguições, assédios, ao sucateamento das universidades, ao desmonte de políticas públicas de assistência, à pandemia, ao desprezo à ciência e à fome, mostramos que a resistência e a resiliência são valores entranhados em nossas fibras. Resistimos. E, no momento oportuno, como cidadãs e cidadãos, mostramos nas urnas que rechaçamos a barbárie.

De sua parte, como guardião de nossa Carta Fundamental, o Supremo cumpriu seu papel com a firmeza que se fez necessária. A sentinela esteve sempre a postos em defesa dos ideais democráticos e republicanos.

Não esmoreceu nem mesmo quando a própria vida e a segurança de seus Ministros e de suas Ministras estiveram sob ameaça. Ou quando os sinais golpistas deixaram o campo do discurso e se tornaram realidade nos atos de vandalismo que destruíram a estrutura física do Tribunal, em 08 de janeiro deste ano.

Altiya, a Presidenta Ministra Rosa Weber proclamou: “a democracia permanece inabalável”. A Corte não se permitiu amesquinhar.

Sem embargo, ainda que a proclamação de uma democracia inabalável tenha (e sempre terá) um importantíssimo lugar histórico, o conteúdo que ela carrega é somente uma das chaves de leitura para uma análise profunda e necessária sobre quando, onde e como o projeto de corrosão do Estado Democrático de Direito teve início e em que estágio hoje se encontra.

O Mensalão e a judicialização e criminalização da Política

Tal nível de análise exige, entendo eu, remontar ao instante no qual a judicialização e criminalização da Política (com “p” maiúsculo) entrou em voga, notoriamente, por meio da espetacularizada Ação Penal 470, conhecida como Mensalão. Um tempo e lugar nos quais o garantismo passou a ser, por uns, indevidamente convertido em um rótulo sinônimo de “impunidade”.

De lá para cá, até chegarmos ao ápice do lawfare com a chamada operação lava jato, a destruição da Política tornou-se objeto e objetivo de um macabro projeto de poder autoritário dentro do qual o garantismo, tornou-se um mero “capricho de professoras e professores de processo penal”, como declarou um certo ex-juiz, empossado no cargo de Ministro da Justiça.

O garantismo penal, enquanto imperativo de inafastabilidade devido processo legal, ou seja, dos direitos ao contraditório, à ampla defesa e, dentre outras garantias constitucionalmente previstas, a de ser julgado por um juiz competente, é, sem sombra de dúvidas, uma exigência constitucional. Fora dele o que temos são desejos nada republicanos e democráticos para cuja realização tudo é permitido, inclusive, perverter o jogo probatório e condenar inocentes.



O lavajatismo e o garantismo levado a sério

Muito ainda teremos de andar até que os pedregulhos autoritários do lavajatismo sejam retirados definitivamente do caminho. Contudo, também é chegada a hora de que o garantismo em sua total expressão passe a ser "levado a sério". O garantismo também é base de uma democracia substancial.

Inadequadamente transformado quase que em uma vanguarda restrita à seara penal, o garantismo em sua amplitude parte do reconhecimento de que as lutas por direitos são o veículo necessário para a afirmação de necessidades vitais serem realizadas seja mediante a legislação, as ações do governo ou, dentro de sua competência, o exercício da jurisdição.

Democracia, lutas sociais e os direitos fundamentais

Isto quer dizer que, se em uma face da moeda, ele aponta para o dever de que se reconheça na pessoa acusada e condenada sua condição de hipossuficiência perante o poder punitivo estatal. Na outra, ele afirma ser a democracia o ambiente legítimo no qual as trabalhadoras e os trabalhadores, os povos indígenas, as mulheres, a comunidade lgbti+, o povo negro, as pessoas sem-teto e sem-terra organizam-se para reivindicar trabalho digno, saúde, educação, moradia, terra e tantos outros direitos fundamentais previstos em nossa Carta de 88.

Eis a dimensão garantista que o Supremo também precisa incorporar, pois somente será inabalável uma democracia na qual a luta por direitos seja ela própria reconhecida como uma forma de exercício político legítimo em busca dos direitos sociais e econômicos plasmados na Constituição de 1988.



Sem justiça social não há democracia.

Sem justiça social não há democracia. Não basta ser garantista no campo penal enquanto se é liberal quando a pauta é relativa à dinâmica entre capital e trabalho das quais decorrem (ou não) a dignidade da pessoa humana plasmada em nossa Constituição.

Sob esse prisma, ser radicalmente democrata, ou seja, declarar-se verdadeira e amplamente garantista, é a primeira qualificação a ser submetida ao escrutínio público em relação a alguém que ambiciona ser uma Ministra do Supremo Tribunal Federal.

De outro ângulo de mirada, também sabemos que, nos 132 anos de sua história, a nossa Corte Maior teve em seus quadros somente três mulheres Ministras. Nenhuma delas uma mulher negra, é fato. Mas, também, nenhuma delas vinda da advocacia. Todas até hoje vieram de carreiras de Estado. Duas magistradas e uma procuradora.

Advocacia e compromisso com a democracia sustancial

A cabeça pensa onde os pés pisam, nos ensinou Frei Betto. E o chão por onde marcha a defesa também molda a perspectiva das advogadas que nunca fugiram à luta em defesa de uma democracia substancial.

Durante os mais duros anos do arbítrio inaugurado com o Golpe de 1964, assim como nos tempos mais tenebrosos da escuridão democrática que se agudizou em 2019, lá estiveram as advogadas cujo compromisso com a defesa da Constituição, da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos e da justiça social é inarredável.



Ao lado da ausência de paridade de gênero tomada de forma interseccional à invisibilidade de raça, também sublinhar a carência de um lugar da advocacia popular - por seu viés - democrático em amplitude, pelas tantas razões que apontei acima, não é de menor importância.

Em defesa da independência e a laicidade do Supremo

Foi como advogada e intelectual comprometida com os princípios maiores de justiça, igualdade e liberdade postos em nossa Constituição, em 2021, quando a ameaça do então Presidente Jair Bolsonaro de indicar um “ministro terrivelmente evangélico”, que aceitei colocar meu nome ao dispor para a [Campanha Por Um STF Independente e Laico](#), subscrita por 135 movimentos, organizações e entidades notoriamente reconhecidas pela luta democrática que travaram nos anos de chumbo e das vieram a somar-se, com valentia, a essa mesma trincheira, agora nos tempos de obscurantismo bolsonarista.

Tornei-me uma "anticandidata", entendendo que aquela também era uma tarefa de resistência que a mim cabia. Não como um contraponto simplório e errôneo entre um “terrivelmente evangélico” e uma “terrivelmente feminista”. Em absoluto.

Primeiro porque o feminismo, como práxis e teoria crítica que é, nos aponta para uma sociedade igualitária, livre e solidária, onde o projeto comum de homens e mulheres é a felicidade, o amor e o bem viver entre todas, todos e todes. O outro lado disso é o ódio, o medo, a morte, o terror, o conjunto de discursos e ações com as quais não é possível sequer rivalizar pelo inaceitável que representa.

Segundo porque, filha que sou de uma família, por parte de pai evangélica, e, por parte de mãe, umbandista, sem que nunca tenha presenciado uma discussão sequer sobre religião, me considero como um fruto da tolerância religiosa que precisa imperar nesse país.



Com ambos os grupos de parentes, cristão e de religiosidade de matriz africana, aprendi o significado e o valor do caráter, da honra, do respeito ao outro e, principalmente, da fé. A laicidade é, portanto, um princípio constitucional que carrego desde o berço.

A universidade e o conhecimento comprometido com o povo brasileiro

Como intelectual, devo toda a minha formação à universidade pública onde fui estudante e me fiz professora e pesquisadora. Nos bancos do ensino público fiz graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Lá fui professora substituta, depois efetiva e também visitante. Nela - na universidade pública - ainda tenho meu lugar como pesquisadora.

Cada fração do conhecimento que detenho, portanto, devo ao povo brasileiro. Por isso, ainda que minhas obras sejam mencionadas em Tribunais Brasil afora ou em julgados do próprio STF ou da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e que tenham também ganhado reconhecimento internacional, é a serviço dele - do povo, que custeou minha formação - que meu conhecimento está e sempre estará.

O notório saber jurídico e a suposta "mera pauta identitária"

A consciência que adquiri com a pobreza e a formação intelectual pública a que tive acesso, contudo, não seriam o suficiente se não estivessem amalgamadas com a matriz ancestral que carrego também como mulher negra.



Tenho a mais absoluta convicção que minha negritude não se reduz ao que alguns etiquetam como “identitarismo” na tentativa de silenciar o debate sobre a questão racial em nosso país. Representatividade importa, sim!

Por isso, quando aceitei colocar meu nome nesta empreitada de chegar ao Supremo, o fiz por que sei que, além de cumprir rigorosamente os requisitos exigidos pelo notório saber jurídico comprovado por meus títulos, livros, pesquisas, sou parte de um projeto de reparação histórica a que to- as nós fazemos jus como herdeiras de Esperança Garcia, mulher negra, escravizada, nordestina, autora do primeiro habeas corpus de que se tem notícia neste país e, hoje, reconhecida como a primeira advogada brasileira.

De outra banda, vislumbrar sentar-me na cadeira que se tornará vaga com a aposentadoria da Ministra Rosa Weber, em outubro de 2023, já seria uma honra em si e uma responsabilidade, visto o pouquíssimo espaço das mulheres na Corte. Mas, não só. Também será bem-vindo compromisso de substituir alguém que, como ela, veio das fileiras compromissadas com a justiça social.

Muita pretensão? Não, e posso explicar.

Não sou candidata de mim mesma. Sou fruto de uma discussão coletiva realizada pelos mais diversos setores democráticos de nossa sociedade. Sou um nome e um rosto para algo que é possível traduzir com as palavras de um indivíduo alcunhado como maluco e que certa vez nos disse que "um sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas um sonho que se sonha junto é realidade".

Se “nossos passos vêm de longe”, afirmação na qual creio piamente, tornar-me Ministra do Supremo Tribunal Federal jamais será a realização de um projeto pessoal. Pelo contrário, será o ponto de chegada da luta travada pelas que vieram antes de mim.

Oxalá permita, com as bênçãos do Tempo, que seja esse o início de um novo ciclo histórico no qual as mulheres, as negras, as que vêm da pobreza, as democratas, as advogadas, as garantistas, as estudantes, as feministas, as professoras e pesquisadoras de universidades públicas com as quais me identifico continuarão a esperar e lutar, tal como a Constituição nos demanda, pela construção de uma sociedade verdadeiramente sociedade livre, justa e solidária para todas, todes e todos.

Brasil, 1º de maio de 2023.

(Dia das trabalhadoras e dos trabalhadores).

Soraia Mendes

